

RENDAS, TRABALHO E EMPREENDEDORISMO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

NOTA CONJUNTURAL • Nº 35 • 2015



PANORAMA GERAL

O ano de 2015 se inicia com grandes incertezas com relação à economia brasileira. O país teve um 2014 agitado, com a Copa do Mundo e as eleições presidenciais, que mobilizaram a população, mas a atividade econômica ficou praticamente estagnada. O mercado de trabalho, que ainda apresenta bom desempenho em termos de desemprego e rendimentos, começa a apresentar os primeiros reflexos do fraco crescimento – vide a menor geração de postos formais, sobretudo na indústria. Isso coloca o empreendedorismo, por vezes adotado como estratégia de sobrevivência pelos que não encontram emprego, em evidência.

O Estado do Rio de Janeiro (ERJ) se manteve relativamente protegido desse contexto adverso. O turismo movimentou a economia da capital, que responde por metade do Produto Interno Bruto (PIB) do estado; de acordo com a Riotur, quase 900 mil pessoas visitaram a cidade para acompanhar a Copa do Mundo, gerando uma receita de R\$ 4,4 bilhões. A Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN) estima investimentos recordes de R\$ 235,6 bilhões para o período de 2014-2016. Contudo, as incertezas quanto ao setor de petróleo podem impactar fortemente a economia fluminense.

Continuamos aquém dos nossos vizinhos da Região Sudeste em alguns indicadores socioeconômicos. Apesar de termos a quarta maior renda domiciliar *per capita* do país, somos o sexto estado mais desigual da federação e avançamos menos nesse quesito, o que faz com que detenhamos a maior porcentagem de pobres do Centro-Sul do país. Da mesma forma, não obstante nossa baixa taxa de participação¹, o desemprego no Rio de Janeiro supera o verificado na média brasileira.

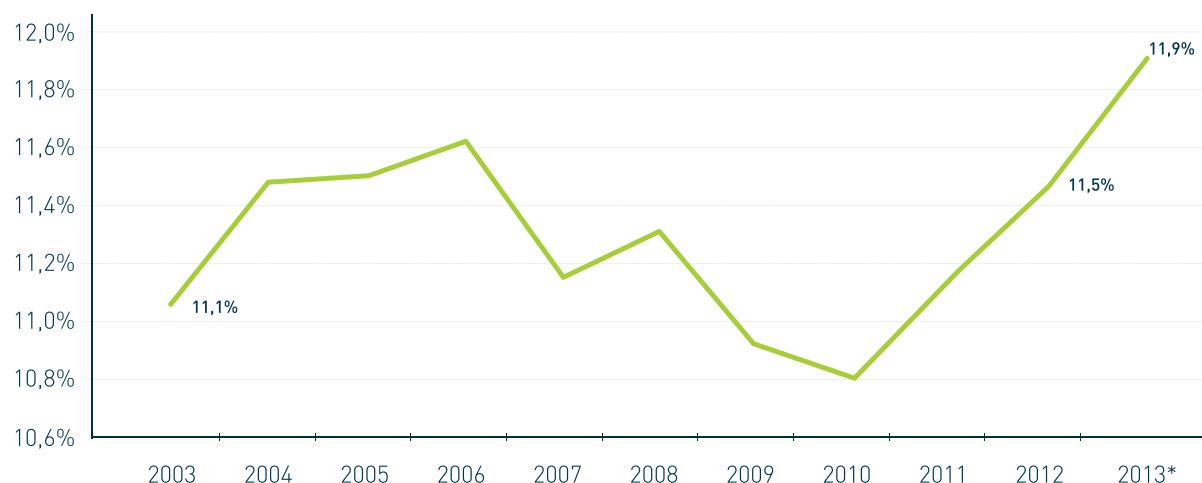
1. A taxa de participação é definida como a proporção de pessoas economicamente ativas – ocupadas ou em busca de trabalho – na população com quinze anos ou mais de idade.

Nesta Nota Conjuntural, aproveitamos a divulgação da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2013 para atualizar a análise das condições socioeconômicas dos fluminenses. Será dada atenção especial ao mercado de trabalho e à atividade empreendedora no estado. A fim de acompanhar a evolução do ERJ, recorremos a comparações com anos anteriores, em particular 2003 e 2012, e com o Sudeste (SE), o Nordeste (NE) e o Brasil.

ATIVIDADE ECONÔMICA

O Produto Interno Bruto do Estado Rio de Janeiro é o segundo maior do Brasil e fechou em R\$ 504 bilhões em 2012, último dado do IBGE disponível. Em 2013, a Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro (CEPERJ) estima que o PIB fluminense foi de R\$ 576 bilhões. Conforme o Gráfico 1, o estado vem ganhando participação no PIB brasileiro desde 2011, após queda no biênio 2009-2010.

GRÁFICO 1 | PARTICIPAÇÃO DO RIO DE JANEIRO NO PIB NACIONAL FONTE: IETS, com base em dados do IBGE. – Nota: * Estimativa para o PIB estadual da CEPERJ.



RENDA, POBREZA E DESIGUALDADE

Como visto anteriormente em outros trabalhos do Observatório Sebrae/RJ – Os Pequenos Negócios em Foco, a desigualdade de renda é o calcanhar de aquiles do Estado do Rio de Janeiro.² Por um lado, temos a quarta maior renda mensal domiciliar *per capita* do país, de R\$ 1.166, o dobro da verificada no Nordeste (R\$ 599), acima do Sudeste (R\$ 1.121) e do Brasil (R\$ 950). Entre 2012 e 2013, a renda cresceu impressionantes 7,5% no ERJ, fazendo com que o estado voltasse a ultrapassar o SE nesse indicador; porém, a variação observada desde 2003 foi inferior à registrada nos demais recortes territoriais abrangidos pela Tabela 1. Destaque para o expressivo aumento da renda *per capita* no NE. Ainda assim, os nordestinos vivem, em média, com pouco mais da metade da renda disponível para os sudestinos.

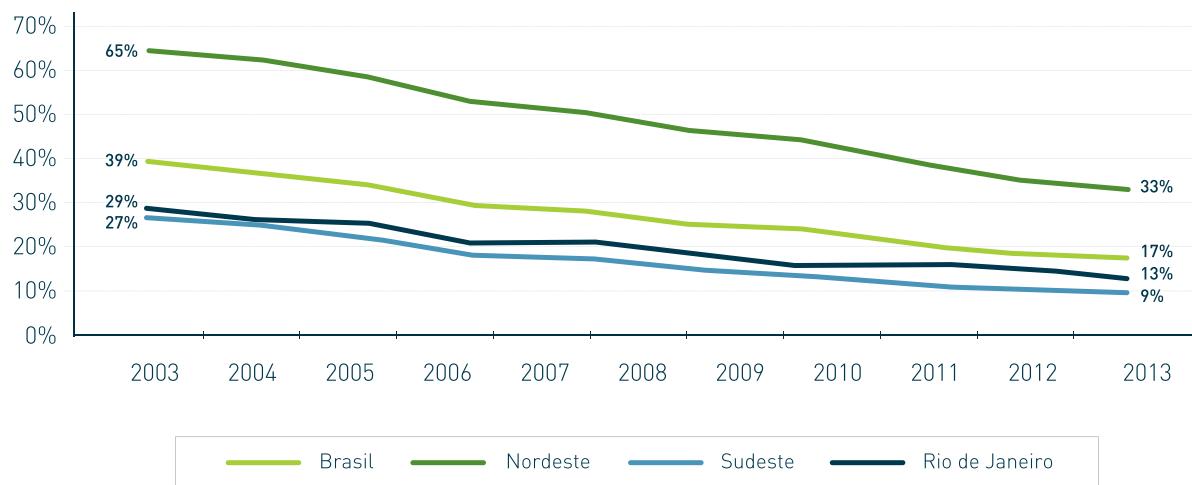
TABELA 1 | EVOLUÇÃO DA RENDA MENSAL DOMICILIAR *PER CAPITA* FONTE: IETS, com base no PNAD de 2003, 2012 e 2013. – Nota: *Em R\$ de 2013

	BRASIL	NORDESTE	SUDESTE	RIO DE JANEIRO
VALOR REAL*				
2003	R\$ 606	R\$ 332	R\$ 757	R\$ 836
2012	R\$ 918	R\$ 572	R\$ 1.094	R\$ 1.084
2013	R\$ 950	R\$ 599	R\$ 1.121	R\$ 1.166
VARIAÇÃO ANUAL				
2012 - 2013	3,5%	4,7%	2,5%	7,5%
2003 - 2013	4,6%	6,1%	4,0%	3,4%

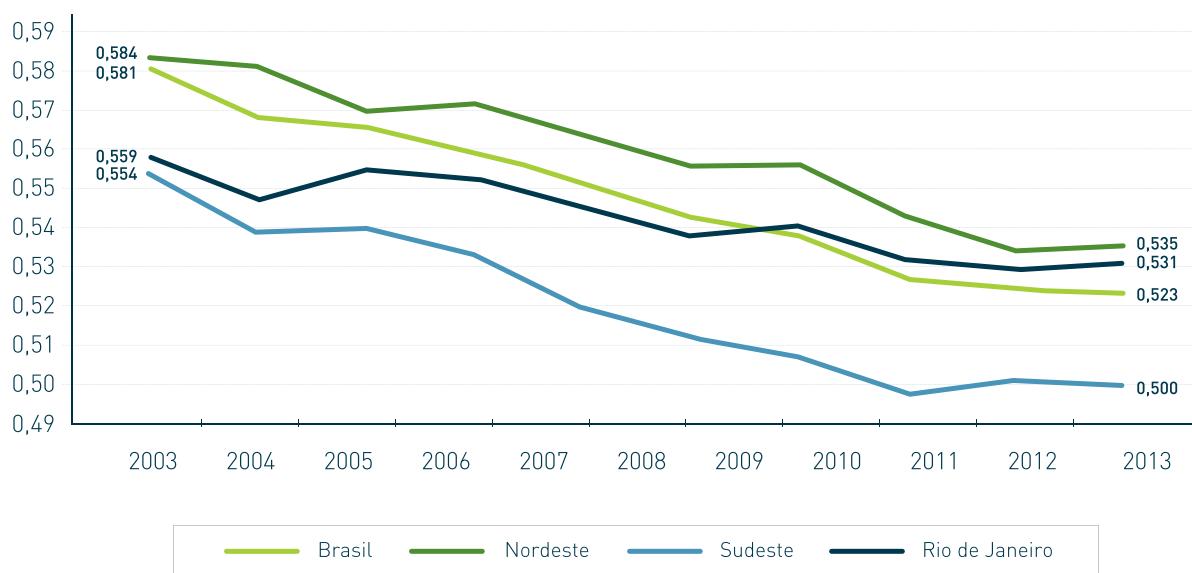
Por outro lado, temos a mais alta porcentagem de pobres³ do Centro-Sul do país, de 13%, inferior apenas à dos estados das regiões Norte e Nordeste – nesta última, a pobreza ainda atinge 33% da população, embora tenha caído pela metade desde 2003. O Gráfico 2 mostra que, a partir de 2005, o percentual de pobres no Sudeste foi gradativamente se afastando do observado no Estado do Rio de Janeiro, enquanto o registrado no Brasil foi se aproximando. Contudo, nota-se que, em 2013, a queda da pobreza ganhou impulso no ERJ e perdeu força nos demais recortes territoriais. Resta saber se esse processo se intensificará nos próximos anos, revertendo um quadro que parecia consolidado na virada da década.

2. Ver, por exemplo, a Nota Conjuntural nº 22 ("Como anda o Rio de Janeiro?"), de abril de 2013, e a Nota Conjuntural nº 30 ("Renda, pobreza e desigualdade no Estado do Rio de Janeiro"), de janeiro de 2014.

3. Para o cálculo do percentual de pobres, foi construída uma linha de extrema pobreza regionalizada que varia de R\$ 84, nas áreas rurais do Espírito Santo e de Minas Gerais, a R\$ 157, na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA). Seu valor representa os custos de uma cesta básica alimentar que contemple as necessidades de consumo calórico de um indivíduo em reais de 2013. A linha de pobreza foi definida como o dobro dessa quantia. Desse modo, uma pessoa é considerada pobre na RMPA se vive num domicílio cuja renda mensal *per capita* é inferior a R\$ 314.

GRÁFICO 2 | PERCENTUAL DE POBRES FONTE: IETS com base na PNAD de 2003 a 2013


Essa aparente contradição é explicada pela alta desigualdade de renda no Estado do Rio de Janeiro. De acordo com o Gráfico 3, o Coeficiente de Gini⁴ brasileiro é inferior ao do ERJ desde 2009. Ou seja, a redução da desigualdade ocorreu num ritmo mais lento no estado e foi interrompida em 2013. O Gini do ERJ tem se aproximado do nordestino e mantidas as velocidades médias de decréscimo anual observadas desde 2009, nos tornaremos mais desiguais do que o Nordeste já em 2015. A estagnação do Gini após quase duas décadas de queda, entretanto, é uma tendência geral verificada em todo o país.

GRÁFICO 3 | COEFICIENTE DE GINI FONTE: IETS com base na PNAD de 2003 a 2013


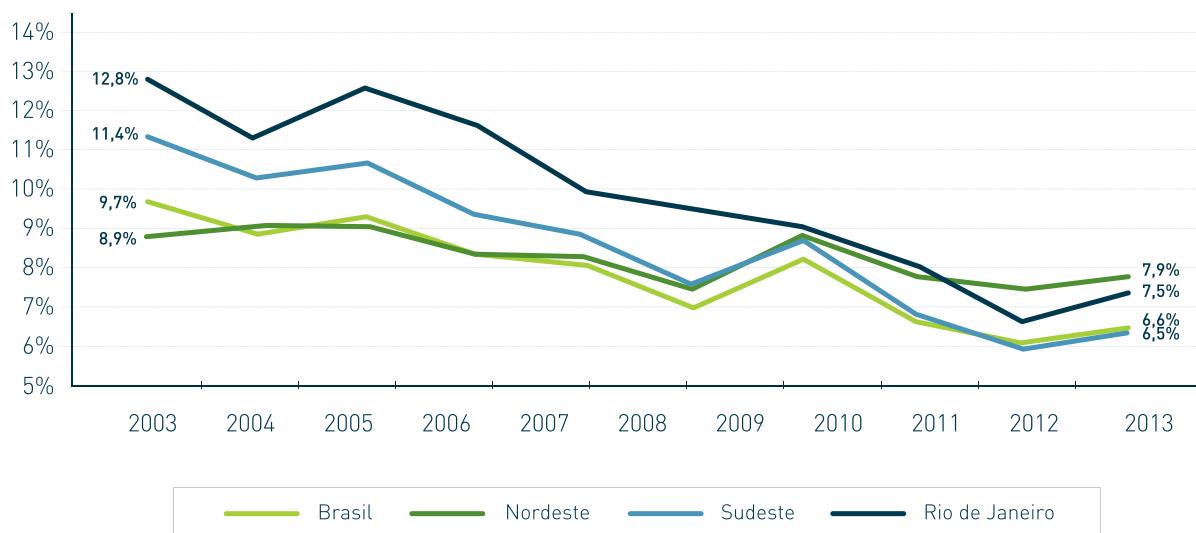
⁴. O Coeficiente de Gini é uma medida de desigualdade na distribuição de renda domiciliar *per capita* que varia de 0 a 1. Quanto mais alto, maior a concentração de renda, sendo 1 a desigualdade total.

PARTICIPAÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO E DESEMPREGO

Outro fato estilizado explorado em trabalhos anteriores do Observatório Sebrae/RJ – Os Pequenos Negócios em Foco⁵ é a baixa taxa de participação e o alto desemprego que têm caracterizado o mercado de trabalho fluminense em relação ao do Sudeste e do Brasil. Desse modo, embora tenha caído sucessivamente entre 2005 e 2012, resistindo, inclusive, aos efeitos da crise internacional de 2008/2009, a taxa de desemprego no Estado do Rio de Janeiro permaneceu acima da observada em sua região natural e no país (Gráfico 5).

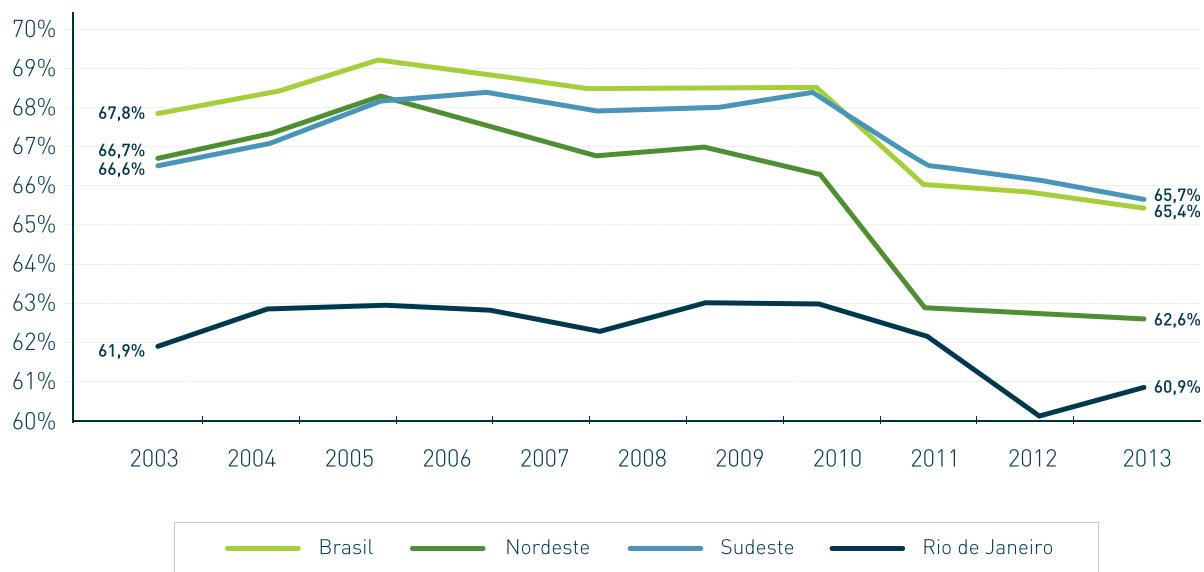
Em 2013, o desemprego subiu em todos os recortes territoriais em destaque no Gráfico 4, mas principalmente no ERJ, onde atingiu 7,5%. Por conta disso, a taxa de desemprego no estado se reaproximou da registrada no Nordeste, de 7,9%, e se distanciou da verificada no SE (6,5%) e no Brasil (6,6%).

GRÁFICO 4 | TAXA DE DESEMPREGO FONTE: IETS com base na PNAD de 2003 a 2013



Constata-se, a partir do Gráfico 5, que o ingresso de pessoas na força de trabalho influenciou o aumento do desemprego no Estado do Rio de Janeiro em 2013. A taxa de participação fluminense subiu 0,7 pontos percentuais, chegando a 60,9%. Esse crescimento pode ser visto como uma boa notícia; a proporção de indivíduos em idade ativa (com 15 anos ou mais) que trabalham ou estão procurando emprego é estruturalmente baixa no nosso estado – cerca de cinco pontos percentuais inferior à observada no Sudeste e no Brasil e até mesmo menor do que a registrada no Nordeste.

5. Ver, por exemplo, o Estudo Estratégico nº 4 (“Como anda o desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro?”), de agosto de 2013.

GRÁFICO 5 | TAXA DE PARTICIPAÇÃO FONTE: IETS com base na PNAD de 2003 a 2013


Atualmente, a taxa de participação está abaixo do patamar de 2003 a 2009. Credita-se parte dessa queda ao aumento da renda nos domicílios, que permitiu que alguns moradores, em especial jovens, saíssem do mercado de trabalho. Há um efeito benéfico nisso, pois as novas gerações estão tendo a oportunidade de se dedicar mais aos estudos. Contudo, o Brasil possui uma baixa taxa de participação para os padrões internacionais, o que tem reflexos sobre a produtividade.

RENDIMENTOS DO TRABALHO

Como mostra a Tabela 2, a renda do trabalho, assim como a domiciliar, subiu significativamente no ERJ em 2013. Novamente, constata-se que os rendimentos no nosso estado são superiores (R\$ 1.880), acima dos auferidos no Sudeste (R\$ 1.761). Ademais, a despeito da expressiva elevação observada desde 2003, a remuneração dos nordestinos, de R\$ 936, ainda está muito abaixo da dos brasileiros, de R\$ 1.508.

TABELA 2 | EVOLUÇÃO DA RENDA MENSAL DO TRABALHO FONTE: IETS, com base no PNAD de 2003, 2012 e 2013. – Nota: *Em R\$ de 2013

	BRASIL	NORDESTE	SUDESTE	RIO DE JANEIRO
VALOR REAL*				
2003	R\$ 1.008	R\$ 539	R\$ 1.272	R\$ 1.344
2012	R\$ 1.453	R\$ 902	R\$ 1.703	R\$ 1.757
2013	R\$ 1.508	R\$ 936	R\$ 1.761	R\$ 1.880
VARIAÇÃO ANUAL				
2012 - 2013	3,8%	3,7%	3,4%	7,0%
2003 - 2013	4,1%	5,7%	3,3%	3,4%

ANÁLISE SETORIAL

Como pode ser depreendido da Tabela 3, as ocupações no Estado do Rio de Janeiro se concentram no comércio (18,5%) e nos serviços (51,8%). Esse padrão, também observado no Brasil e no Sudeste, mas em menor grau no Nordeste, é reforçado pela baixíssima participação da agropecuária na ocupação total no ERJ. Os serviços domésticos e de alojamento e alimentação têm maior peso no estado. Os primeiros vêm caindo lenta e continuamente em todos os recortes territoriais analisados, refletindo uma mudança estrutural na economia decorrente da formalização e da elevação do salário mínimo.

A perda de participação da indústria no emprego que vem ocorrendo no país também pode ser observada no Sudeste e, em particular, no Estado do Rio de Janeiro. Pela primeira vez desde 2003, a proporção de ocupados na indústria (10,3%) ficou abaixo da registrada na construção civil (10,7%), que aumentou sucessivamente ao longo da década. Vale ressaltar que enquanto a indústria tem menor participação no Rio de Janeiro, a construção civil supera todos os recortes territoriais analisados.

TABELA 3 | DISTRIBUIÇÃO DOS OCUPADOS POR SETORES DE ATIVIDADE FONTE: IETS, com base no PNAD de 2003, 2012 e 2013. – Nota: *Além dos dois subsetores destacados, o setor de serviços é composto pelas seguintes atividades: transporte, armazenamento e comunicação; educação, saúde e serviços sociais; outros serviços coletivos, sociais e pessoais e outras atividades.

	BRASIL			NORDESTE			SUDESTE			RIO DE JANEIRO		
	2003	2012	2013	2003	2012	2013	2003	2012	2013	2003	2012	2013
Agronegócio	19.9%	13.3%	13.3%	35.8%	24.8%	24.3%	10.1%	7.2%	7.4%	2.3%	1.5%	1.5%
Indústria	14.5%	14.1%	13.5%	9.3%	9.1%	9.3%	17.2%	16.2%	15.1%	12.5%	10.7%	10.3%
Construção	6.6%	8.8%	9.3%	5.4%	8.6%	9.0%	7.2%	8.9%	9.3%	8.6%	10.3%	10.7%
Comércio	17.7%	18.0%	18.0%	16.3%	17.8%	17.1%	18.4%	17.6%	18.1%	19.7%	18.0%	18.5%
Serviços*	36.2%	40.2%	40.3%	28.4%	34.0%	34.6%	42.4%	45.3%	45.0%	50.4%	53.4%	51.8%
Alojamento e alimentação	3.6%	4.8%	4.7%	3.1%	4.7%	4.6%	4.1%	5.1%	4.9%	5.1%	6.5%	5.8%
Serviços domésticos	7.7%	6.8%	6.8%	6.1%	6.4%	6.5%	8.9%	7.4%	7.3%	10.1%	9.5%	8.5%
Administração pública	5.1%	5.6%	5.6%	4.8%	5.7%	5.7%	4.6%	4.9%	5.0%	6.5%	6.2%	7.2%

A administração pública foi outra que ganhou importância no ERJ em 2013; no Brasil e nas regiões Sudeste e Nordeste, a participação desse setor na ocupação total permaneceu constante. Apesar de ter crescido em relação a 2003, o percentual de ocupados nos serviços caiu no SE e, principalmente, no Estado do Rio de Janeiro no último ano.

RENDIMENTOS POR SETOR DE ATIVIDADE

A renda do trabalho é alta no Estado do Rio de Janeiro. Assim, embora os rendimentos na administração pública sejam elevados de maneira geral, os servidores fluminenses são os únicos a receber, em média, salários acima de R\$ 3.000. Os trabalhadores industriais são o segundo grupo mais bem remunerado no estado e ganham R\$ 2.034 por mês. Assim como a administração pública, a indústria, talvez pelo tipo de atividade preponderante, também paga salários no ERJ mais elevados do que nos demais recortes territoriais, com impactos sobre a distribuição de rendimentos.

No Brasil e nas regiões Sudeste e Nordeste, a renda na indústria é ultrapassada pela dos prestadores de serviços. Com efeito, de acordo com a Tabela 4, os rendimentos no ERJ só são inferiores aos auferidos no SE nesse setor e no comércio – justamente os que têm a maior participação na ocupação total.

TABELA 4 | EVOLUÇÃO DA RENDA MENSAL DO TRABALHO POR SETOR DE ATIVIDADE (EM R\$ DE 2013) FONTE: IETS, com base no PNAD de 2003, 2012 e 2013. – Nota: *Além dos dois subsetores destacados, o setor de serviços é composto pelas seguintes atividades: transporte, armazenamento e comunicação; educação, saúde e serviços sociais; outros serviços coletivos, sociais e pessoais e outras atividades.

	BRASIL			NORDESTE			SUDESTE			RIO DE JANEIRO		
	2003	2012	2013	2003	2012	2013	2003	2012	2013	2003	2012	2013
Agronegócio	R\$ 370	R\$ 593	R\$ 614	R\$ 188	R\$ 278	R\$ 253	R\$ 558	R\$ 820	R\$ 936	R\$ 470	R\$ 1,133	R\$ 1,243
Indústria	R\$ 1,193	R\$ 1,566	R\$ 1,602	R\$ 647	R\$ 991	R\$ 1,028	R\$ 1,454	R\$ 1,806	R\$ 1,873	R\$ 1,514	R\$ 2,021	R\$ 2,034
Construção	R\$ 858	R\$ 1,369	R\$ 1,403	R\$ 574	R\$ 905	R\$ 974	R\$ 977	R\$ 1,585	R\$ 1,530	R\$ 935	R\$ 1,396	R\$ 1,569
Comércio	R\$ 1,034	R\$ 1,372	R\$ 1,411	R\$ 691	R\$ 1,015	R\$ 993	R\$ 1,180	R\$ 1,525	R\$ 1,570	R\$ 1,066	R\$ 1,365	R\$ 1,507
Serviços*	R\$ 1,186	R\$ 1,617	R\$ 1,690	R\$ 715	R\$ 1,108	R\$ 1,181	R\$ 1,383	R\$ 1,809	R\$ 1,878	R\$ 1,388	R\$ 1,806	R\$ 1,867
Alojamento e alimentação	R\$ 759	R\$ 1,140	R\$ 1,168	R\$ 502	R\$ 744	R\$ 840	R\$ 854	R\$ 1,297	R\$ 1,320	R\$ 810	R\$ 1,143	R\$ 1,469
Serviços domésticos	R\$ 389	R\$ 621	R\$ 648	R\$ 254	R\$ 419	R\$ 432	R\$ 455	R\$ 713	R\$ 749	R\$ 511	R\$ 774	R\$ 796
Administração pública	R\$ 1,849	R\$ 2,504	R\$ 2,649	R\$ 1,346	R\$ 1,897	R\$ 2,017	R\$ 2,040	R\$ 2,625	R\$ 2,795	R\$ 2,443	R\$ 2,896	R\$ 3,352

Exceto pelos trabalhadores agropecuários fluminenses, cuja representatividade é muito pequena, os ocupados nos segmentos de alojamento e alimentação no Estado do Rio de Janeiro são o grupo que teve o maior acréscimo na renda desde 2003. Somente no último ano analisado, sua remuneração subiu quase 30%. Nos demais recortes territoriais, essa variação não foi tão significativa. Os trabalhadores da construção civil também viram seus rendimentos crescerem substancialmente no ERJ, numa tendência mais geral observada em todo o país.

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO

Por enquanto, o desaquecimento do mercado de trabalho não reverteu o processo de formalização do mercado de trabalho em curso desde o início da década. Em 2013, o percentual de ocupados com carteira aumentou em todos os recortes territoriais analisados, enquanto a porcentagem de trabalhadores sem vínculo formal diminuiu (Tabela 5). Contudo, o Rio de Janeiro registrou o menor crescimento da proporção de empregados com carteira assinada, ficando essa proporção praticamente estagnada. Os empregados formais são menos representativos no Estado do Rio de Janeiro (49,3%) do que no Sudeste (51,6%), mas mais do que no Nordeste (27,5%) e no Brasil (43%). O contrário pode ser dito a respeito dos ocupados sem carteira de trabalho assinada.

TABELA 5 | PARTICIPAÇÃO DO EMPREGO (FORMAL E INFORMAL) E DO EMPREENDEDORISMO NA OCUPAÇÃO TOTAL FONTE: IETS, com base no PNADE de 2003, 2012 e 2013.

		EMPREGADOS COM CARTEIRA DE TRABALHO ASSINADA	EMPREGADOS SEM CARTEIRA DE TRABALHO ASSINADA	TRABALHADORES POR CONTA PRÓPRIA	EMPREGADORES
Brasil	2003	32.6%	23.5%	22.7%	4.3%
	2012	42.3%	19.8%	20.4%	3.8%
	2013	43.0%	19.2%	20.4%	3.8%
Nordeste	2003	18.8%	26.1%	28.7%	2.9%
	2012	26.8%	25.7%	24.8%	2.8%
	2013	27.5%	25.0%	24.6%	2.6%
Sudeste	2003	41.5%	22.7%	19.4%	4.8%
	2012	51.1%	17.2%	17.8%	4.1%
	2013	51.6%	16.5%	18.2%	4.0%
Rio de Janeiro	2003	41.6%	21.8%	22.1%	3.8%
	2012	49.2%	18.1%	19.8%	3.1%
	2013	49.3%	17.0%	20.5%	3.4%

Atualmente, 20,5% dos ocupados trabalham por conta própria no Estado do Rio de Janeiro, percentual semelhante ao registrado no Brasil (20,4%), inferior ao aferido no Nordeste, de 24,6%, e superior ao verificado no Sudeste, de 18,2%. De maneira geral, o empreendedorismo ganhou impulso no ERJ. Apesar de estar num patamar inferior ao de 2003, o trabalho por conta própria subiu no estado entre 2012 e 2013 – movimento também observado no SE, embora com menor intensidade.

Além disso, a proporção de empregadores aumentou no Rio de Janeiro, o que não ocorreu em nenhum dos outros locais em destaque na Tabela 5. Mesmo assim, somente 3,4% dos ocupados fluminenses são empregadores. No Sudeste e no Brasil, essa porcentagem é de 3,8% e 4%, respectivamente. Isso suscita questões a respeito da capacidade de os microempreendedores expandirem seu negócio no ERJ.

RENDIMENTOS POR POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO

A Tabela 6 mostra a evolução da remuneração mensal por posição na ocupação. Observa-se que os empregados sem carteira de trabalho assinada recebem salários muito baixos, enquanto os empregadores auferem rendimentos substancialmente altos, que ultrapassam R\$ 5 mil no Brasil, no Sudeste e no Estado do Rio de Janeiro. Apesar da ligeira queda em 2013, a renda dos empregadores no ERJ (R\$ 5.767) é maior do que a registrada nos demais recortes territoriais analisados.

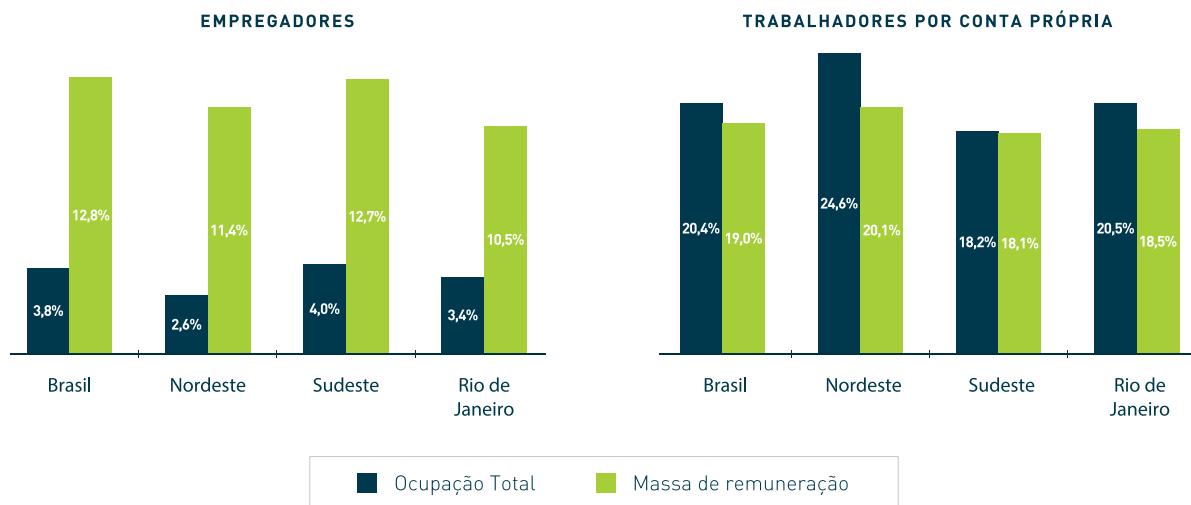
Por outro lado, os trabalhadores por conta própria fluminenses ganham menos, em média, do que seus semelhantes em todo o Sudeste, evidenciando a distância que os separa dos empregadores. Além disso, assim como na média do país e no NE, mas ao contrário do que acontece no SE, os rendimentos dos que trabalham por conta própria no ERJ (R\$ 1.700) são inferiores aos dos empregados formais, de R\$ 1.732.

TABELA 6 | EVOLUÇÃO DA RENDA MENSAL DO TRABALHO POR POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO (EM R\$ DE 2013) FONTE: IETS, com base no PNAD de 2003, 2012 e 2013.

	EMPREGADOS COM CARTEIRA DE TRABALHO ASSINADA	EMPREGADOS SEM CARTEIRA DE TRABALHO ASSINADA	TRABALHADORES POR CONTA PRÓPRIA	EMPREGADORES
Brasil	2003	R\$ 1.177	R\$ 578	R\$ 3.622
	2012	R\$ 1.483	R\$ 873	R\$ 4.722
	2013	R\$ 1.523	R\$ 941	R\$ 5.061
Nordeste	2003	R\$ 824	R\$ 380	R\$ 2.392
	2012	R\$ 1.128	R\$ 594	R\$ 3.656
	2013	R\$ 1.178	R\$ 634	R\$ 4.064
Sudeste	2003	R\$ 1.323	R\$ 682	R\$ 4.103
	2012	R\$ 1.621	R\$ 1.051	R\$ 5.150
	2013	R\$ 1.654	R\$ 1.106	R\$ 5.574
Rio de Janeiro	2003	R\$ 1.329	R\$ 768	R\$ 4.128
	2012	R\$ 1.624	R\$ 1.082	R\$ 5.843
	2013	R\$ 1.732	R\$ 1.086	R\$ 5.767

Assim, embora tenham uma participação modesta na ocupação, os empregadores são responsáveis por mais de 10% da massa de remuneração – a soma dos rendimentos de todos os ocupados – nos recortes territoriais analisados (Painel 1, primeira parte). Contudo, cabe destacar que sua contribuição diminuiu em relação a 2003, embora tenha subido levemente entre 2012 e 2013, como pode ser visto na Tabela 7.

PAINEL 1 | PARTICIPAÇÃO DOS EMPREENDEDORES NA OCUPAÇÃO TOTAL E NA MASSA DE REMUNERAÇÃO – 2013 FONTE: IETS, com base no PNAD de 2013.



No Estado do Rio de Janeiro, o peso dos empregadores na massa de remuneração (10,5%) é inferior ao verificado no Brasil (12,8%), Sudeste (12,7%) e até mesmo no Nordeste (11,4%). Por sua vez, os trabalhadores por conta própria contribuem com, respectivamente, 18,5%, 19%, 18,1% e 20,1% dos rendimentos totais. Ainda de acordo com o Painel 1 (segunda parte), exceto no SE, em que há equilíbrio, os que trabalham por conta própria são menos representativos na massa de remuneração do que na ocupação. A parcela da renda do trabalho gerada por esse grupo também caiu ao longo dos anos e, em 2013, só cresceu no ERJ (Tabela 7).

TABELA 7 | CONTRIBUIÇÃO DOS EMPREENDEDORES PARA A MASSA DE REMUNERAÇÃO
FONTE: IETS, com base no PNAD de 2003, 2012 e 2013.

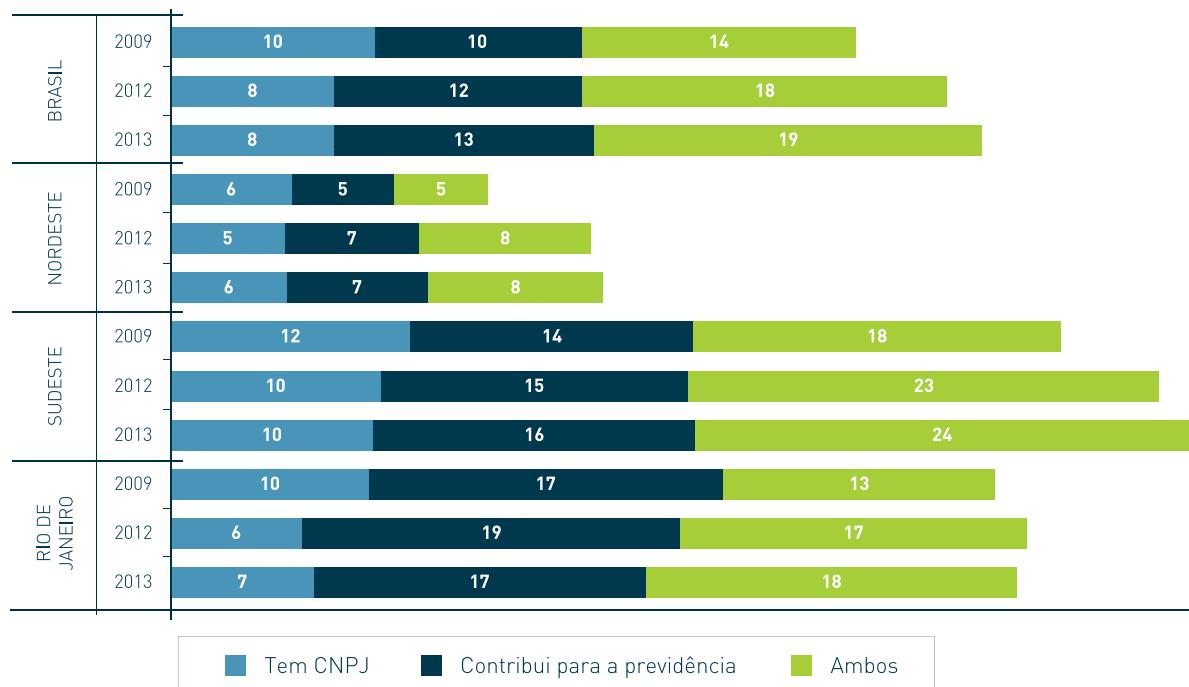
	BRASIL	NORDESTE	SUDESTE	RIO DE JANEIRO
TRABALHADORES POR CONTA PRÓPRIA				
2003	20,8%	24,6%	19,0%	18,8%
2012	19,7%	22,1%	18,1%	18,1%
2013	19,0%	20,1%	18,1%	18,5%
EMPREGADORES				
2003	15,4%	13,0%	15,6%	11,8%
2012	12,5%	11,3%	12,3%	10,2%
2013	12,8%	11,4%	12,7%	10,5%

EMPREENDEDORISMO, FORMALIZAÇÃO E TICS

Vimos, nas seções acima, a importância do empreendedorismo para a geração de trabalho e renda. De acordo com as Tabelas 5 e 7, os empregadores e trabalhadores por conta própria respondem por aproximadamente ¼ da ocupação total e 30% da massa de remuneração nos diferentes recortes territoriais analisados. Com a redução no ritmo de criação de empregos formais, espera-se que tal atividade ganhe ainda mais relevância. Diante desse quadro, faz-se necessário acompanhar a qualidade do empreendedorismo. Uma primeira forma de nos aproximarmos desse tema é olhar o nível de formalização dos empreendedores em termos de contribuição para a Previdência e de existência de registro no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).

Segundo o Gráfico 6, 42% dos empregadores e trabalhadores por conta própria fluminenses são formalizados em algum grau (Previdência ou CNPJ) e 18% deles são completamente formais, ou seja, têm CNPJ e contribuem para a Previdência. Essas porcentagens são mais altas no Sudeste e correspondem a, respectivamente, 50% e 24%. No Nordeste, a atividade empreendedora ainda é majoritariamente informal. No Brasil, embora o percentual de empreendedores que se enquadram em pelo menos um desses critérios (40%) seja um pouco menor do que no Estado do Rio de Janeiro, a parcela dos que estão integralmente de acordo com a lei (19%) é maior.

GRÁFICO 6 | GRAU DE FORMALIZAÇÃO DOS EMPREENDEDORES* (%) FONTE: IETS com base na PNAD de 2009, 2012 e 2013. Nota: *Trabalhadores por conta própria e empregadores.



Isso porque poucos empreendimentos são formalmente registrados no ERJ. De fato, a proporção de trabalhadores por conta própria e de empregadores fluminenses somente com CNPJ (7%) supera apenas a de nordestinos. Ademais, os avanços observados em 2013, quando a proporção de empreendedores completamente formais e que só têm CNPJ cresceu com mais intensidade no ERJ, não foram capazes de suplantar o fraco desempenho do estado entre 2009⁶ e 2012. Como resultado, o aumento no nível geral de formalização ao longo do período foi mais baixo no Estado do Rio de Janeiro.

Em contrapartida, uma alta parcela dos empregadores e trabalhadores por conta própria (17%) contribui para a Previdência, mas não tem CNPJ, no ERJ. Contudo, essa porcentagem caiu entre 2012 e 2013, fazendo, inclusive, com que o Estado do Rio de Janeiro tenha sido o único recorte territorial em destaque no Gráfico 6 que sofreu uma retração no grau de formalização total – o que indica que a expansão da atividade empreendedora no último ano gerou uma mudança não tão favorável no perfil dos empreendedores fluminenses.

Constata-se, pela Tabela 8, que existe uma relação positiva entre o grau de formalização e o nível de remuneração dos empreendedores. Trabalhadores por conta própria e empregadores integralmente formalizados auferem rendimentos mais altos, seguidos pelos que têm CNPJ. A renda dos que contribuem para a Previdência só é superior à dos completamente informais.

TABELA 8 | EVOLUÇÃO DA REMUNERAÇÃO MENSAL DOS EMPREENDEDORES* SEGUNDO O GRAU DE FORMALIZAÇÃO (EM R\$ DE 2013) FONTE: IETS, com base no PNAD de 2003, 2012 e 2013. Nota:
*Trabalhadores por conta própria e empregadores.

	TEM CNPJ	CONTRIBUI PARA PREVIDÊNCIA	AMBOS	NENHUM DOS DOIS
Brasil	2009	R\$ 2,552	R\$ 2,040	R\$ 4,523
	2012	R\$ 3,258	R\$ 1,971	R\$ 4,485
	2013	R\$ 3,238	R\$ 1,983	R\$ 4,505
Nordeste	2009	R\$ 2,543	R\$ 1,476	R\$ 4,310
	2012	R\$ 2,461	R\$ 1,248	R\$ 4,703
	2013	R\$ 2,988	R\$ 1,521	R\$ 4,017
Sudeste	2009	R\$ 2,627	R\$ 2,098	R\$ 4,653
	2012	R\$ 3,630	R\$ 2,020	R\$ 4,666
	2013	R\$ 3,420	R\$ 2,098	R\$ 4,813
Rio de Janeiro	2009	R\$ 2,546	R\$ 1,871	R\$ 6,691
	2012	R\$ 3,703	R\$ 1,906	R\$ 5,227
	2013	R\$ 3,832	R\$ 2,020	R\$ 5,419

6. Primeiro ano em que ambas as perguntas sobre formalização fizeram parte do questionário da PNAD.

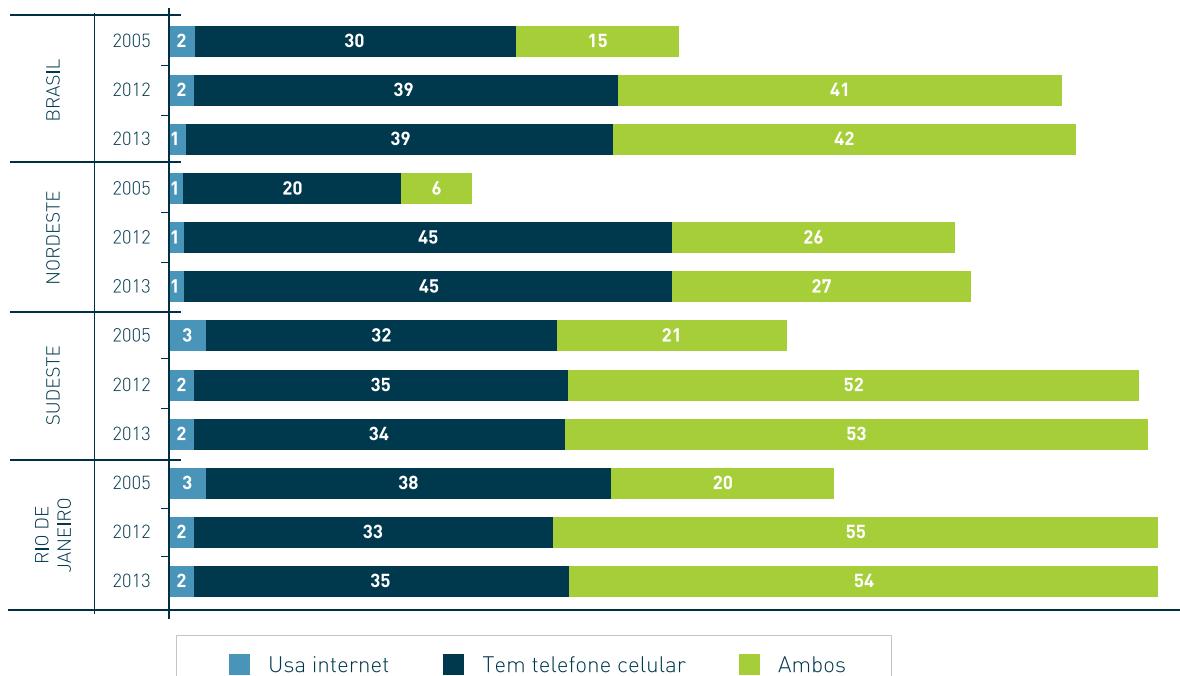
Embora fosse ainda maior em 2009, a remuneração dos empreendedores fluminenses que são contribuintes formalmente registrados, de R\$ 5.419, é a mais alta entre todos os grupos considerados. A renda dos que têm CNPJ, mas não contribuem para a Previdência, também é elevada no Estado do Rio de Janeiro (R\$ 3.862) e ultrapassa a observada no NE, no país e no SE. Os demais trabalhadores por conta própria e empregadores fluminenses são mais bem remunerados do que seus pares nordestinos e brasileiros, mas seus provimentos estão num patamar inferior à média de sua região natural. Cabe destacar que os empreendedores que são formalizados em apenas um dos critérios só viram sua remuneração crescer gradualmente no período analisado no ERJ.

Outra maneira de examinar a qualidade da atividade empreendedora é acompanhar o acesso dos empreendedores às Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), mais especificamente o telefone celular e a internet. Seu uso facilita o contato com clientes, fornecedores e até mesmo o governo, auxiliando no exercício da profissão. O Gráfico 8 mostra que o percentual de trabalhadores por conta própria e empregadores fluminenses que têm telefone celular e/ou usam a internet (91%) é maior do que o registrado na média do país (82%), do Sudeste (89%) e do Nordeste (73%).

De maneira geral, as TICs passaram por um intenso processo de difusão entre os empreendedores de 2005⁷ a 2013, em especial no Nordeste. O Estado do Rio de Janeiro, por sua vez, apresentou a maior variação na porcentagem dos que têm telefone celular e usam a internet no período. Contudo, na contramão do que ocorreu nos outros recortes territoriais, esse percentual caiu ligeiramente no último ano estudado, enquanto a proporção de empregadores e trabalhadores por conta própria que têm telefone celular, mas não acessa a internet, subiu um pouco.

7. Primeiro ano em que ambas as perguntas sobre acesso às TICs fizeram parte do questionário da PNAD.

GRÁFICO 7 | GRAU DE ACESSO ÀS TICS ENTRE OS EMPREENDEDORES* (%) FONTE: IETS, com base no PNAD de 2005, 2012 e 2013. Nota: *Trabalhadores por conta própria e empregadores.



Assim como ocorre com os indicadores da formalização, empreendedores que têm acesso às TICs auferem rendimentos maiores (Tabela 9). Aqueles que usam ambas as tecnologias são os mais bem remunerados, seguidos dos que apenas se conectam à internet, exceto no Estado do Rio de Janeiro, onde os trabalhadores por conta própria e empregadores que só têm telefone celular recebem provimentos superiores. Por conta disso, a renda dos empreendedores que usam somente a internet no ERJ, de R\$ 1.305, é inferior à observada no país, o que não ocorre nos demais grupos considerados.

TABELA 9 | EVOLUÇÃO DA REMUNERAÇÃO MENSAL DOS EMPREENDEDORES* SEGUNDO O GRAU DE DIFUSÃO DAS TICS (EM R\$ DE 2013) FONTE: IETS, com base no PNAD de 2005, 2012 e 2013.

*Trabalhadores por conta própria e empregadores.

	USA INTERNET	TEM TELEFONE	AMBOS	NENHUM DOS DOIS
Brasil	2005	R\$ 1,678	R\$ 1,491	R\$ 4,149
	2012	R\$ 1,496	R\$ 1,273	R\$ 3,154
	2013	R\$ 1,414	R\$ 1,287	R\$ 3,200
Nordeste	2005	R\$ 892	R\$ 1,101	R\$ 3,612
	2012	R\$ 884	R\$ 856	R\$ 2,424
	2013	R\$ 844	R\$ 844	R\$ 2,270
Sudeste	2005	R\$ 1,882	R\$ 1,662	R\$ 4,245
	2012	R\$ 1,633	R\$ 1,482	R\$ 3,377
	2013	R\$ 1,529	R\$ 1,514	R\$ 3,472
Rio de Janeiro	2005	R\$ 1,602	R\$ 1,423	R\$ 4,066
	2012	R\$ 1,452	R\$ 1,415	R\$ 2,867
	2013	R\$ 1,305	R\$ 1,333	R\$ 3,244

Já em comparação com o Sudeste, os rendimentos no ERJ são menores em todas as categorias. Nota-se, também, que a renda dos empregadores e trabalhadores por conta própria que têm acesso às TICs é menor hoje do que era em 2005; isso não se verifica entre os que não têm telefone celular e nem navegam na internet. No último ano, a evolução dos rendimentos nos diferentes grupos incluídos na Tabela 9 foi mais heterogênea. O Estado do Rio de Janeiro e o Nordeste apresentaram tendência de queda, e o Sudeste e o Brasil, de aumento. Os empreendedores que usam ambas as tecnologias foram os únicos cuja remuneração cresceu no estado em 2013, alcançando R\$ 3.244.

EM RESUMO

Com um PIB estimado em R\$ 576 bilhões em 2013, o Estado do Rio de Janeiro vem aumentando sua participação na atividade econômica nacional desde 2011. Impactos positivos no bem-estar da população são percebidos através dos rendimentos, domiciliar *per capita* e do trabalho, que apresentaram aumentos expressivos no estado.

Entretanto, o percentual de pobres no ERJ (13%) supera o verificado no Sudeste, Sul e Centro-Oeste do país. Isso se explica pela velocidade lenta com que o estado vem reduzindo a desigualdade, que em 2013, ficou, inclusive, paralisada. Mantido o ritmo dos últimos cinco anos, nos tornaremos mais desiguais do que o Nordeste em 2015.

No tocante ao mercado de trabalho, a taxa de desemprego fluminense, que já era alta, subiu para 7,5% em 2013, tendo contribuído para isso o maior ingresso de pessoas na força de trabalho. A queda da participação do setor industrial na ocupação total, atrelada ao crescimento da construção civil, fez com que a proporção de trabalhadores na última ultrapassasse a registrada na indústria pela primeira vez na década.

Se, por um lado, o desaquecimento do mercado de trabalho não impediu que a proporção de empregados sem carteira assinada continuasse a cair no ERJ, por outro, o empreendedorismo ganhou impulso. Não apenas a parcela de trabalhadores por conta própria, como a de empregadores, aumentou – o que não ocorreu no Brasil e nem nas regiões Sudeste e Nordeste. Ainda assim, o percentual de empregadores no estado, de 3,4%, continua baixo. Porém, devido a seus altos rendimentos (R\$ 5.767), eles são responsáveis por mais de 10% da massa de remuneração fluminense. Enquanto isso, a renda dos trabalhadores por conta própria, de R\$ 1.700, é 3,4 vezes menor. Contudo, a parcela da renda do trabalho gerada por esse grupo cresceu no ERJ em 2013.

Com o intuito de acompanhar a qualidade do empreendedorismo no estado, usamos duas medidas: formalização e acesso às tecnologias de informação e comunicação. No que diz respeito à primeira, 42% dos empreendedores fluminenses são formalizados em algum grau e 18% deles têm CNPJ e contribuem para a Previdência, percentuais inferiores aos verificados na média do Sudeste. Apesar dos avanços observados em 2013, a proporção de empreendedores com CNPJ no ERJ ainda é reduzida.

O nível geral de formalização, assim como a porcentagem dos que têm telefone celular e usam a internet, caiu no Estado do Rio de Janeiro no último ano, podendo indicar que a expansão da atividade empreendedora se deu pela absorção de empreendimentos menos estruturados. Não obstante, o percentual de empreendedores fluminenses que têm acesso a pelo menos uma das tecnologias (90%) é maior do que o registrado nos demais recortes territoriais analisados.

A renda dos empreendedores fluminenses completamente formalizados, de R\$ 5.419, é a mais alta entre todos os grupos considerados. Além disso, na comparação com as demais categorias de acesso às TICs, os que usam telefone celular e internet foram os únicos cujos rendimentos cresceram no estado em 2013, chegando a R\$ 3.244.

Existe uma relação positiva entre a remuneração e o grau de formalização e acesso às TICs. Possivelmente, trata-se de uma via de mão dupla: empreendimentos mais organizados tendem a ter receitas maiores, tendo disponível um montante superior para arcar com o custo de impostos e investimentos em tecnologia e com isso gerar mais receita.

O desafio da qualidade do empreendedorismo persiste no Estado do Rio de Janeiro, sobretudo no que diz respeito ao trabalho por conta própria, com possíveis reflexos na elevada desigualdade que se mantém no estado. Esse desafio se torna ainda mais relevante com a estagnação econômica de 2014 e a previsão de baixo crescimento do PIB em 2015, uma vez que o empreendedorismo pode ser uma importante alternativa de geração de trabalho e renda com o menor crescimento dos empregos formais, principalmente para os trabalhadores de mais baixa qualificação. Avançar no processo de formalização e na provisão de acesso a tecnologias são caminhos possíveis para se alcançar melhores níveis de produtividade nos pequenos negócios.

E MAIS...

- Segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério do Trabalho e Emprego, o Brasil gerou 8,4 mil empregos formais em novembro de 2014, o pior resultado para o mês desde 2008. Houve destruição de 43,7 mil postos de trabalho na indústria e 48,8 mil na construção civil.
- Ainda de acordo com o Caged, foram criadas 14,1 mil vagas no Estado do Rio de Janeiro no mesmo período, o maior volume do país. Os principais setores responsáveis por esse desempenho foram comércio e serviços, que geraram, respectivamente, 13,1 mil e 4,4 mil empregos formais.